

FAZENDO O CAMINHO AO CAMINHAR A IDEIA COMUNISTA NO SÉCULO XXI

*Victor Marques*¹

RESUMO: Não há como negar o crescimento do interesse teórico pela “ideia comunista” em anos recentes, tendência, em parte, alimentada pelas contribuições de filósofos como Slavoj Žižek, Alain Badiou e Antonio Negri. A questão comunista é novamente objeto de debate na esquerda acadêmica, revertendo a aposentadoria compulsória imposta à temática após o colapso do assim chamado “socialismo real”. As crises gêmeas do início do século XXI – econômica e ambiental – parecem indicar os limites (internos e externos) da reprodução ampliada do capital, ao mesmo tempo que as novas tecnologias da informação apontam para formas alternativas de cooperação e coordenação social. A retomada de um projeto revolucionário precisa passar pelo confronto crítico com as tentativas – fracassadas – de construir o socialismo no século XX. Examinando os desafios levantados pela escola austríaca em economia, propomos que a ideia comunista deve ser reabilitada, mas que repensá-la exige o abandono do racionalismo construtivista em favor de certa “radicalidade pragmática”, que se dispõe a construir o caminho ao caminhar. Trata-se, portanto, de superar o modernismo da tradição socialista que, com sua fé ingênua na razão abstrata, subestimou o potencial do experimentalismo, do método de tentativa e erro, do uso disperso e descentralizado do conhecimento de circunstâncias particulares.

Palavras-Chave: Filosofia Política, Filosofia Contemporânea, Comunismo.

ABSTRACT: Recent years have seen an undeniable growth of theoretical interest in the "communist idea", a trend partly fueled by contributions from philosophers like Slavoj Žižek, Alain Badiou and Antonio Negri. The subject is once again a serious object of debate within the academic left, reversing the mandatory retirement imposed on it after the collapse of the so-called "real socialism". The twin crises of the twenty-first century - economic and environmental - seem to indicate the boundaries (internal and external) of capital expanded reproduction, while the new information technologies point to alternative forms of social cooperation and coordination. The resumption of a revolutionary project has to necessarily pass through a critical engagement with the – deeply unsuccessful - attempts to build socialism in the XX century. Examining the challenges posed by the Austrian school of economics, we propose that the communist idea should be rehabilitated, but rethink it requires us to abandon “constructivist rationalism” in favor of a kind of "pragmatic radicalism," willing to “laid down a path in walking” (*hacer el camino al caminar*). What is needed, therefore, is to overcome the narrow modernism of traditional socialism, with its naive faith in abstract reason and a dismissive attitude toward the potential of experimentation, trial and error, and the use of decentralized and dispersed knowledge of particular circumstances.

Key-Words: Political Philosophy, Contemporary Philosophy, Comunism.

¹ Mestre em Filosofia pela UFC e Doutorando em Filosofia pela PUCRS.

O retorno do espectro

Há um notório reavivamento do interesse teórico pela “ideia comunista”. Em parte, tal tendência é alimentada pelas polêmicas e contribuições recentes de filósofos como Slavoj Žižek, Alain Badiou e Antonio Negri². O fato é que em anos recentes voltou-se a discutir abertamente a questão comunista na esquerda acadêmica, revertendo a aposentadoria compulsória imposta à temática após o colapso do assim chamado “socialismo real”. Como resultado, testemunhamos o *exuberante desabrochar de mil flores*, na forma de novas propostas e modelos, livros, simpósios, e produção intelectual diversa³, acompanhando o crescente interesse do público em geral, particularmente de jovens ativistas.

A volta dessa perigosa ideia, ‘assombroso espectro’ que subitamente se recusa a permanecer no mundo dos mortos, deve-se por sua vez ao que poderíamos chamar, em termos gerais, de o “retorno do material”. O aprofundamento da crise ambiental, que cada vez mais se apresenta como um impasse sem solução óbvia, e a súbita e chocante reafirmação do ciclo econômico, que muitos consideravam como definitivamente amansado, forçam a filosofia política a despertar do sonho normativo, sacudida bruscamente para fora de seus exercícios ideias. Reacende-se, por sua vez, o interesse pelas velhas temáticas marxistas de conflitos e tensões sociais, dinâmicas de classe, tendência de acumulação, limites internos e externos da

² Ver, por exemplo, Badiou (2010), “The Communist Hypotheses”. Em *CommonWealth* (2009), a última parte da trilogia “Império”, Negri e Hardt reivindicam expressamente o próprio termo “comunismo”: “In standard journalistic usage today communism is likely to be used to mean centralized state control of the economy and society, a totalitarian form of government parallel to fascism. Sometimes when a concept has been so corrupted, it seems one ought to abandon it and find another way to name what we desire. But instead, in this case at least, we find it better to struggle over the concept and insist on its proper meaning” (p. 273). E Žižek termina seu livro “First as tragedy, then as farce” (2009; p. 157), com o seguinte chamado aos ex-camaradas: “So, when even a great anti-communist like Kravchenko can in certain sense return to his faith, our message today should be: do not be afraid, join us, come back! You’ve had your anti-communist fun, and you are pardoned for it – time to get serious once again!”

³ Para novas propostas ver Schweickart (2002), “After Capitalism”, Burczak (2006), “Socialism after Hayek”, Lebowitz (2006, 2010), “Build it Now: Socialism for the twenty-first century” e “The socialist alternative: real human development”, Hahnel (2005), “Economic Justice and Democracy: From Competition to Cooperation” e Olin Wright (2010), “Envisioning Real Utopias”.

Sobre a atualidade da análise e crítica de Marx, ver Eagleton (2011), “Why Marx was right”, De Angelis (2007), “The Beginning of History: Values Struggles and Global Capitalism”, Harvey (2010), “The Enigma of Capital and the Crises of Capitalism”. Em defesa da retomada de um projeto pós-capitalista, ver Cohen (2009), “Why not socialism?” e as contribuições de Vattimo, Žižek, Eagleton, Peter Hallward, Michael Hardt, Negri, Jacques Rancière, Jean-Luc Nancy, entre outros, em “The Idea of Communism” (2010).

reprodução sistêmica capitalista, e, entre os mais esperançosos, perspectivas emancipatórias pós-capitalistas.

Vivemos em uma época marcada não pela dissolução das identidades políticas, mas, ao contrário, pelo acirramento ideológico. Basta olhar para a tumultuada arena Latino Americana, onde na última década partidos ligados à tradição de esquerda (de uma ponta a outra do espectro) chegaram ao governo por vias eleitorais, processo perpassado por intensas convulsões políticas e mobilizações dos mais diversos atores sociais. Um pouco ao norte, também não é difícil ver como a política tem se tornado mais polarizada, e não menos. Como apontam vários analistas atentos⁴, o conteúdo programático dos dois principais partidos americanos nunca esteve tão distante. O resultado se mostra em fenômenos como o Tea Party, a conversão do canal FoxNews em máquina de guerra do movimento conservador, mas também na resposta com as multitudinárias manifestações de trabalhadores em Wisconsin. E basta olhar para a política europeia para se dar conta de que não é tarefa fácil sustentar que a direita não existe mais. Encontrar uma esquerda comparavelmente robusta talvez seja mais difícil. Como Zizek chama atenção, é como se fossemos todos fukuyamistas agora: não há nada além da democracia liberal e da economia capitalista. O que está aí é também o melhor que a humanidade pode fazer: fim da história – e ponto final. Ao abdicar da ousadia de pensar possibilidades radicais para além dos limites dados, e refém da chantagem conservadora de que entregar-se à prática transformadora é construir o caminho para o Gulag, os partidos da esquerda tradicional não dispõem mais da energia que outrora servira para animar as massas na visão de um projeto emancipatório. Possuída pela apatia liberal, a esquerda oficial tem sido muitas vezes incapaz de oferecer uma visão alternativa, um programa criativo e atraente, deixando para a direita populista a oportunidade de mobilizar os preconceitos e ansiedades de uma classe trabalhadora despolitizada. Uma esquerda pálida e envergonhada, sem imaginação e sem imaginário, não é sequer capaz de deter avanço do fundamentalismo reacionário.

⁴ Ver, por exemplo, Paul Krugman (2007), “The Conscience of a Liberal: Reclaiming America from the Right”, argument que, nos Estados Unidos, o aumento considerável na desigualdade de renda e riquezas nas últimas três décadas veio acompanhado por uma polarização na esfera política: “Political scientists began documenting a rise in political polarization: “Politicians were gravitating towards the ends of left-right scale, and it became increasingly possible to use ‘Democrat’ and ‘Republican’ as synonyms for ‘liberal’ and ‘conservative’. Those trends continue to this Day: Income inequality today is as high as it was in the 1920s, and political polarization is as high as it has ever been”.

Nem tudo é desespero. Os eventos recentes na Grécia, na Islândia, na Tunísia, no Egito, são testemunhos da persistente força das ruas, inclusive para derrubar governos. Multidões de jovens “indignados” da Espanha reclamam “democracia real” e “democracia econômica”, os estudantes ingleses do UKuncut se mobilizam contra o programa de austeridade fiscal, partidos explicitamente anticapitalistas crescem na Alemanha e na França, movimentos sociais do mundo inteiro aceitam o desafio de repensar o projeto socialista para o século XXI, e até a juventude americana está cada vez mais curiosa a respeito do socialismo⁵.

Um dos exemplos mais marcantes dessa tendência é o movimento *Occupy Wall-Street*, que em poucas semanas tornou-se um fenômeno nacional nos Estados Unidos e em seguida se espalhou pelo mundo inteiro. Ao direcionar a crítica diretamente à elite financeira e à corrupção do sistema democrático pelo poder econômico, as ocupações abrem um espaço para a convergência de movimentos contestatários e oferece um terreno fértil para a imaginação radical. Sob a influência desses eventos, toma corpo também nos Estados Unidos um debate sobre a viabilidade e desejabilidade da persistência do sistema capitalista.

Uma nova geração de militantes, desconfiados da capacidade de resolução das mais urgentes crises (sociais e ambientais) nos marcos sistêmicos vigentes, está aberta a considerar outras possibilidades e já não aceita mais tão facilmente a propaganda de que “não há alternativa”.

Porque socialismo

Os que gostariam de dispensar rapidamente qualquer apelo ao retorno à ideia comunista costumam afirmar confiantes que se trata de uma “causa perdida”, a qual não se deve ser dedicar mais esforços. Por quê? “Porque o mundo mudou”. E de fato qualquer um pode virar ao seu redor e atestar, sem muita hesitação, que o mundo realmente mudou. Não se trata, claro, de

⁵ Em uma pesquisa de opinião conduzida pela Rasmussen Reports nos Estados Unidos em 2009, 33% dos adultos abaixo dos 30 anos disseram preferir socialismo a capitalismo, enquanto 37% afirmaram preferir capitalismo a socialismo – apenas 4% de diferença! De acordo uma pesquisa posterior, no mesmo ano por The Pew Research Center, 43% dos jovens tem associação positiva com o termo socialismo – a mesma quantidade dos que tem associação positiva com “capitalismo”. Ver: "Socialism" Not So Negative, "Capitalism" Not So Positive (Pew Research Center) <http://pewresearch.org/pubs/1583/political-rhetoric-capitalism-socialism-militia-family-values-states-rights> e Capitalism: Big surprises in recent polls (Charles Derber) <http://www.peoplesworld.org/capitalism-big-surprises-in-recent-polls/>

nenhuma grande novidade, uma vez que o mundo sempre muda. Os problemas apontados pelo movimento socialista para justificar seu posicionamento crítico frente à ordem socioeconômica que pretendia abolir, contudo, não só jamais foram solucionados – e é mesmo incerto que possam ser, caso nos comprometamos a manter as coordenadas sistêmicas intactas – como, sob vários aspectos, tornaram-se não apenas mais agudos e urgentes como simultaneamente mais tratáveis (devido ao avanço técnico e científico, acumulação de capital, e poder social concentrado, produzidos, em parte, pelo próprio desenvolvimento capitalista). Os argumentos contra o capitalismo continuam, em grande medida, tão fortes quanto antes.

O caráter ecologicamente devastador da lógica do capital, por exemplo, está agora muito mais claro do que há um século atrás. O economista Kenneth Boulding é hoje frequentemente lembrado por sua célebre frase: “The only people who believe in infinite growth in a finite world are madmen and economists” [As únicas pessoas que acreditam em crescimento infinito em mundo finito são loucos e economistas]. E no entanto, a biosfera é precisamente um sistema finito, enquanto o modo de produção capitalista exige expansão em escala sempre crescente, isso é, crescimento econômico exponencial. Aqui a análise de Marx continua esclarecedora: capital é valor que se valoriza – a única razão pela qual o capital passa pela esfera da produção (de bens e serviços) é devido à possibilidade de gerar mais valor, e não há nenhum limite natural a essa auto-valorização. Tal é essência da produção baseada no lucro. É essa lógica que está na base da tendência à concentração de riqueza, à formação do mercado mundial, de toda a preocupação com o esforço de vendas (com a conseqüente produção de uma cultura consumista), e ajuda a explicar o aparente paradoxo de apesar do desenvolvimento de tecnologias de produtividade cada vez maior há também um consumo sempre crescente no volume de matérias-primas. Entre as conseqüências estão a depleção de recursos naturais e o acúmulo de resíduos (lixo, poluição, etc.) a um ritmo maior do que a biosfera consegue absorver, provocando mudanças climáticas, acidificação dos oceanos e o rápido desaparecimento de incontáveis habitats em todo o planeta⁶. Essa tendência é atenuada precisamente durante as crises, quando a economia não consegue crescer a taxas satisfatórias. No auge da crise, de fato, as emissões de gases de efeito estufa chegaram a diminuir, coisa que nenhum acordo internacional havia conseguido, mas não sem causar um trágico aumento no desemprego e na pobreza ao redor do globo.

⁶ Para uma análise explicitamente anticapitalista da corrente crise ecológica ver os trabalhos de John Bellamy Foster, e.g., Foster (2009).

É uma espécie de segredo sujo do capitalismo – plenamente conhecido, mas quase nunca enunciado – que a saúde do sistema depende de uma taxa mínima de desemprego⁷. Abaixo disso, a classe trabalhadora se torna mais confiante, e seu poder de barganha aumenta, aumentando o número de greves e, de modo geral, a indisciplina no lugar de trabalho – tornando as empresas mais difíceis de administrar e pressionando para cima os salários. Para manter os trabalhadores sob controle é necessário que a ameaça do desemprego seja real e temível. Em condições capitalistas, o pleno emprego é incompatível com a estabilidade econômica, como Marx já havia notado em suas discussões a respeito do exército industrial de reserva.

Ocasionalmente a taxa de desemprego pula de seu nível “natural” para níveis alarmantes. Durante as crises econômicas, observamos trabalhadores desempregados ao lado de máquinas e insumos igualmente desempregados. Pessoas que querem trabalhar, mas não conseguem, convivem lado a lado com capacidade produtiva subutilizada e necessidades sociais não atendidas. O resultado é o aumento da pobreza e incontáveis catástrofes pessoais e familiares. O característico do sistema capitalista é que a sociedade se torna mais pobre durante o período de crise não por qualquer razão natural (os solos continuam igualmente férteis, as fábricas igualmente produtivas, e os trabalhadores igualmente capacitados, como lembrava Keynes), mas por uma disfunção econômica sistêmica: as crises revelam a irracionalidade de um sistema que só é capaz de satisfazer necessidades se produzir lucros.

O mundo passa por um momento no qual a perversidade da lógica capitalista se torna tanto mais óbvia pela ocorrência simultânea de uma crise ecológica e de uma crise econômica. A saída para sair da crise econômica é aumentar a demanda – e estimular o consumo foi parte da estratégia dos governos para lidar com o problema. No entanto, para dar conta da crise ecológica o que precisamos é exatamente do oposto (o primeiro dos três R’s, como qualquer ambientalista fará questão de enfatizar, é *reduzir*).

⁷ Após a crise da estagflação do final dos anos 70, os Bancos Centrais e Governos não se esforçam mais para alcançar o pleno emprego. Hoje o tema simplesmente não recebe atenção. Mas houve um tempo em que até as revistas de negócio falavam francamente a respeito: “There’s no assurance against inflation like a pool of genuine unemployment. That’s a blunt, hard-dead statement, but a fact”. Business Week, maio de 1952, citado por Paul Baran (1957).

Adiciona-se a esse cenário a crise política, decorrente da corrupção do sistema democrático. Em condições capitalistas, a tendência natural é a concentração de riqueza⁸. É evidente que a classe proprietária dispõe de mais recursos para influenciar a política, por financiamento ou por lobby. Essa distorção foi adequadamente diagnosticada por Rawls em “Justiça como equidade”. Embora liberal, a filosofia política de Rawls está claramente no campo anticapitalista, afirmando, inclusive, a insuficiência mesmo do “capitalismo de bem estar social”: “Esse regime permite desigualdades muito grandes na propriedade de bens não pessoais (meios de produção e recursos naturais), de forma que o controle da economia, e, em grande medida, *também da vida política*, permanece em poucas mãos” (Rawls, 2003; p. 195). Como observa Rawls, ocorre na prática um monopólio de classe dos ativos produtivos da sociedade, cuja consequência é uma assimetria política, permitindo à classe proprietária o controle indireto da vida política – dinâmica reforçada, acrescentaríamos, pela influencia dos grandes meios de comunicação privados na formação da opinião pública. Trata-se aqui de pontos ao mesmo tempo simples e inegáveis que revelam problemas fatais para a realização dos ideais democráticos, uma vez que a desigualdade na esfera econômica transborda naturalmente para a esfera política⁹. E mesmo que um governo não fosse politicamente alinhado à classe proprietária, o que é sociologicamente improvável, o mero fato de que a instituição da propriedade privada dos meios de produção assegura o controle do nível e da estrutura do investimento a um reduzido setor da

⁸ Nos Estados Unidos, por exemplo, 1% da população possui mais de um terço da riqueza, enquanto que os 60% mais pobres juntos são donos de apenas 4% de toda riqueza. Williamson (2009): “The top one percent of wealth holders in the United States now holds more than one-third of all wealth, including thirty-nine percent of corporate stock. And, at the very top, the richest 0.5 percent of Americans holds more than twenty-five percent of total net worth and nearly thirty percent of stock. Conversely, the bottom sixty percent of the asset distribution holds just four percent of all wealth. The ratio between the share of wealth held by the top one percent of wealth holders to the share held by the middle quintile has increased from 6.2:1 in 1962 to 9:1 in 2004. In short, ownership and control of wealth—itsself a key determinant of both political influence and personal liberty— are overwhelmingly and increasingly concentrated among a small proportion of Americans”.

⁹ Ver, por exemplo, como a resposta à crise econômica Americana se mostrou unilateralmente pautada pelo interesse dos financistas, como aponta Paul Krugman, coluna de 9 de junho (2011) no New York Times: “And that explains why creditor interests bulk so large in policy; not only is this the class that makes big campaign contributions, it’s the class that has personal access to policy makers — many of whom go to work for these people when they exit government through the revolving door. The process of influence doesn’t have to involve raw corruption (although that happens, too). All it requires is the tendency to assume that what’s good for the people you hang out with, the people who seem so impressive in meetings — hey, they’re rich, they’re smart, and they have great tailors — must be good for the economy as a whole.”

http://www.nytimes.com/2011/06/10/opinion/10krugman.html?_r=1&ref=paulkrugman#

população faz com que o funcionamento mesmo do governo seja estruturalmente tendencioso a satisfazer os interesses da classe capitalista¹⁰.

As sociedades liberais contemporâneas costumam proclamar orgulhosamente incondicional adesão aos ideais democráticos. Mas se a democracia é uma coisa tão boa, por que não estendê-la ao âmbito do local de trabalho e às decisões sobre os investimentos? Essas decisões afetam a vida de muitas pessoas, mas permanecem privilégio exclusivo da classe proprietária. O argumento em favor da democracia econômica parte do princípio de que é razoável que os afetados tomem parte do processo decisório. No entanto, não há como pô-la em prática em uma estrutura de propriedade que garante que a gestão da economia, tanto na disposição do trabalho e quanto nas decisões de investimento, seja tratada como questão privada. Por que não deslocar as decisões econômicas para o nível da esfera pública? Para democratizar é necessário antes socializar.

Por fim, resta tratar da questão da natureza do trabalho em condições capitalistas. O trabalho é uma atividade que, de uma forma ou de outra, consome boa parte de vida adulta da maioria das pessoas. Naturalmente, é de se esperar que seja um fator central na determinação da subjetividade humana, capaz de moldar, apenas pela mera repetição diária, nossa rotina, habilidades, perspectivas, hábitos e mesmo personalidade. Contudo, a vasta maioria dos trabalhadores está condenada a um trabalho debilitante, sem autonomia, e sem significado. Com a atividade a que dedicam cerca de metade de seu tempo acordado possuem vínculos apenas externos: trata-se de um mero meio de obter dinheiro e assim adquirir o direito de consumir uma parte dos bens socialmente produzidos (sem os quais a vida estaria reduzida a uma miséria abjeta). Semelhante trabalho, repetido dia após dia, se dá sob o comando de outro e apresenta poucas possibilidades reais de autocultivo e autodesenvolvimento. A disciplina no lugar de trabalho é imposta pelo constante medo do desemprego e da pobreza, capaz de garantir a submissão do trabalhador até em condições humilhantes, degradantes, prejudiciais à saúde, ou simplesmente desprovidas de qualquer identificação subjetiva. O pressuposto ético implícito na

¹⁰ Como se ouve dizer nos Estados Unidos, “o que é ruim para WallStreet é ruim para MainStreet” (o que não significa que o inverso seja também verdadeiro). A razão é simples, exposta tanto por Marx quanto por Keynes: no capitalismo, o emprego é função do investimento, mas esse, por sua vez, como é uma questão privada, depende das expectativas dos investidores (os “espírito animais” de Keynes). A consequência é que o mal estar entre os que controlam o capital (em WallStreet), pode facilmente resultar em desemprego (em MainStreet) – desde que, claro, não haja socialização significativa do investimento.

crítica de Marx inclui certa antropologia filosófica, qual seja, uma concepção de “essência humana” baseada em autodesenvolvimento, cultivo das faculdades e rica sociabilidade. É nesses termos que foi possível para a tradição socialista acusar a forma de vida dominante em sociedades capitalistas como mutiladora e unilateral, um empecilho estrutural à liberdade positiva, isso é, uma limitação à multiplicidade do poder-fazer humano. E com razão. Se assumimos, como parece ser razoável, que a realização humana depende de possibilidades genuínas de auto-expressão e de um trabalho rico e significativo, a denúncia do trabalho alienado continua tão atual quanto nunca.

Entre as frases de Marx que se tornaram célebres encontra-se: “Mankind inevitably sets itself only those tasks it is able to solve....The problem itself arises only when the material conditions for its solution are already present, or at least in the course of formation.”¹¹ Podemos interpretar Marx como querendo dizer que algo apenas se torna um problema, e não uma mera condição inescapável da existência, quando se apresentam como disponíveis as ferramentas para resolvê-lo. É por isso que a fome e a pobreza mundial¹² aparecem agora como problemas tão prementes: porque temos como solucioná-los, dispomos dos recursos técnicos e das condições materiais. E ainda assim não o fazemos. Essa é a grande tragédia da vida política contemporânea: ao mesmo tempo que nos admiramos com as maravilhas tecnológicas e o poder do ser humano sobre a natureza (engenharia genética, geoengenharia, nanorobótica, inteligência artificial, etc.), nos sentimos politicamente impotentes, incapazes de resolver a crise econômica, a crise ambiental, a crise social, a pobreza e o aumento da desigualdade. A razão para a existência de semelhante abismo é que fomos acostumados, para usar a expressão de Žižek, a conceber mais facilmente o fim do mundo do que o fim do capitalismo. Ao mesmo tempo em que tudo é possível para ciência (criar vida, retardar a morte, reescrever o código genético, construir máquinas espirituais), é politicamente impossível manter mesmo as finas conquistas sociais do

¹¹ A Contribution to the Critique of Political Economy (1859), Preface. “Por isso a humanidade coloca sempre a si mesma apenas as tarefas que pode resolver, pois que, a uma consideração mais rigorosa, se achará sempre que a própria tarefa só aparece onde já existem, ou pelo menos estão no processo de se formar, as condições materiais da sua resolução.”

¹² Cerca de metade da população mundial vive na pobreza. Nos países desenvolvidos, a pobreza aumentou na última década. No mundo inteiro, apenas o vigor do crescimento chinês impediu que tivesse um aumento relativo no número de pobres – UNDP Human Development Report (2005) "If it were not for China, the world [over the past thirty years] would have regressed in poverty alleviation." É dispensável lembrar o quanto uma vida de privações limita o exercício concreto da liberdade. O problema da pobreza persiste apesar do contínuo avanço técnico, do aumento da produtividade e da enorme acumulação de riqueza. Trata-se de uma pobreza alarmante, grotesca e tão mais insuportável porque inteiramente desnecessária: é pobreza em meio à abundância crescente.

Estado de bem estar social em um mundo globalizado. Podemos tudo, e não podemos nada. O problema pode estar então não em nossas capacidades técnicas, que de fato progridem a cada dia, mas nos estreitos limites institucionais aos quais nos restringimos para lidar com os problemas contemporâneos. Cabe, portanto, recordar que esses limites institucionais não caíram do céu, que possuem uma história, que foram socialmente e politicamente construídos, e que uma vez mais podemos mudá-los. E se podemos fazer melhor, certamente devemos fazê-lo.

Socialismo modernista e a pretensão de conhecimento

Claro está, ainda mais em pleno século XXI, que não basta apresentar os problemas do capitalismo se todas as outras opções se mostraram piores. Em primeiro lugar, não há nada aí de original. O movimento revolucionário já os conhecia todos, e a solução que apresentou foi o socialismo. Mas ao menos da forma como foi tentado, o socialismo se revelou no mínimo tão problemático quanto os problemas que pretendia resolver.

Correndo o risco de uma simplificação que não faz jus à riqueza da história, pode-se dizer que durante a maior parte do século XX houve uma interpretação particular do significado do projeto socialista que, progressivamente, foi mais fortemente identificada com o termo. Em suma: socialismo é um tipo específico e definido de sistema socioeconômico com o qual se pretende substituir o capitalismo, e está caracterizado pela propriedade estatal dos meios de produção (em lugar da propriedade privada) e pelo planejamento centralizado da atividade econômica (em lugar da coordenação por meio do mercado). Encontra-se comumente associada a essa noção geral a ideia de um partido único que dirige o processo revolucionário e a construção das novas instituições; o partido possui a “ciência do socialismo”, conhecimento privilegiado de como construir uma sociedade. Ainda segundo essa visão, a meta do socialismo é substituir a ineficiência, as contradições e as irracionalidades da anarquia de mercado por uma ordem transparente e harmoniosa.

É forçoso reconhecer que essa concepção falhou espetacularmente, afundando consigo boa parte da credibilidade do nome “socialismo”. Em vários aspectos, essa concepção é uma

herdeira do pensamento moderno, seja por sua confiança no progresso seja pela fé na racionalidade humana em reconstruir o mundo. Como afirma Benhabib “the quintessential modernist appears as the city-builder, as the architect”¹³ (HeinOnline -- 11 Cardozo L. Rev. 1435 1989-1990). Ela recorda o contraste de Descartes (no Discurso do Método) entre duas cidades: uma obscura, caótica, desordenada, confusa sem clareza ou simetria, a outra transparente, precisa, planejada e organizada. É difícil não ver que tradição socialista sofreu dessa tendência de transpor o contraste cartesiano para a comparação entre capitalismo (caótico, desordenado) e socialismo (planejado, organizado), e que os dirigentes comunistas frequentemente se perceberam como os arquitetos de uma cidade artificial. A essa pretensão de conhecer tão intimamente a realidade social a ponto de se imaginar capaz de criar *de novo* uma sociedade inteira, organizando de fora a economia de acordo com um plano racional único *ex ante* (como um demiurgo que dispõe do poder de estabelecer uma *harmonia pré-estabelecida*), chamamos de “racionalismo construtivista”.

Durante o século XX, foi a escola austríaca de economia a tradição intelectual que atacou de modo mais preciso e decisivo os fundamentos mesmo da concepção modernista de socialismo. Em seu artigo “Economic calculation in the socialist commonwealth”, de 1920, Ludwig von Mises apresentou o argumento contra a viabilidade, em princípio, do socialismo entendido como propriedade estatal dos meios de produção e planejamento centralizado do processo produtivo¹⁴. Mises questionou a pressuposição de que o cálculo *in natura* possa substituir o cálculo monetário, pois impediria a escolha racional entre diferentes tipos de processos produtivos. A objeção tornou-se popularmente conhecida como o “problema do cálculo econômico”. Em linhas gerais, o argumento é o seguinte: sem propriedade privada não há processo de mercado, sem o qual não há formação de preços – mas sem um sistema coerente e coordenado de preços relativos não é possível montar um plano econômico! Como afirma Mises, sem cálculo econômico simplesmente não pode haver economia: “Thus in the socialist commonwealth every economic change becomes an undertaking whose success can be neither

¹³ “o modernista por excelência aparece como o construtor de cidade, como o arquiteto” (HeinOnline -- 11 Cardozo L. Rev. 1435 1989-1990).

¹⁴ Mises já começa satirizando a ingenuidade e vagueza das propostas socialistas: “Economics, as such, figures all too sparsely in the glamorous pictures painted by the Utopians. They invariably explain how, in the cloud-cuckoo lands of their fancy, roast pigeons will in some way fly into the mouths of the comrades, but they omit to show how this miracle is to take place” (Mises, 1935).

appraised in advance nor later retrospectively determined. There is only groping in the dark. Socialism is the abolition of rational economy”¹⁵.

A resposta socialista padrão é que tal dificuldade pode ser contornada com o uso de computadores potentes, capazes de resolver as milhares de equações diferenciais necessárias para simular a atividade do mercado e identificar os preços de equilíbrio, permitindo assim a contabilidade racional. Essa solução, em si mesmo já problemática, poderia dar conta do principal, desde que tomássemos certas condições como dadas. Mas como outro autor austríaco, Frierich Hayek, tratou de mostrar, é precisamente isso como não podemos fazer: a informação necessária para rodar o plano não está disponível para o planejador, está dispersa em milhares de cabeças, incorporada em práticas, na forma de conhecimento tácito, local e circunstancial: “The peculiar character of the problem of a rational economic order is determined precisely by the fact that the knowledge of the circumstances of which we must make use never exists in concentrated or integrated form, but solely as the dispersed bits of incomplete and frequently contradictory knowledge which all the separate individuals possess”¹⁶ (Hayek, 1945). Hayek chama atenção para um tipo de conhecimento “desorganizado”, que apesar de não ser conhecimento científico, no sentido de formalização de regras gerais, é sem dúvida muito importante: o conhecimento das circunstâncias particulares de tempo e lugar. O problema econômico da sociedade, enfatiza Hayek, é o problema da utilização de conhecimento que não é dado, e nem teria como ser dado, a ninguém em sua totalidade. Não podemos esperar que o problema seja resolvido primeiro comunicando todo o conhecimento disperso a uma instancia central que, após integrar a totalidade da informação, organiza um plano único abrangente e o implementa. É só a descentralização que garante que o “conhecimento de circunstancias particulares de tempo e espaço” será prontamente utilizado. A potência do mercado está em pôr para trabalhar de maneira coordenada todo esse conhecimento difuso e espalhado, sem necessidade de extraí-lo de modo formal, permitindo que um sistema de agentes heterogêneos, motivados por fins diversos e ligados por vínculos apenas comerciais, possa funcionar na base da cooperação social

¹⁵ “Assim, na comunidade socialista cada mudança econômica se torna uma empresa cujo sucesso não pode ser nem avaliados com antecedência nem depois retrospectivamente determinado. Apenas tatea-se no escuro. O socialismo é a abolição da economia racional.”

¹⁶ “O caráter peculiar do problema de uma ordem econômica racional é determinado precisamente pelo fato de que o conhecimento das circunstâncias das quais devemos fazer uso nunca existe de forma concentrada ou integrada, mas apenas como pedaços dispersos de conhecimento incompleto e freqüentemente contraditório que todos os indivíduos separados possuem”.

inconsciente. O problema do cálculo é resolvido pelo sistema de preços. Em um sistema onde o conhecimento dos fatos relevantes está fragmentado em muitos indivíduos, os preços atuam para coordenar as ações separadas dos diferentes agentes.

É comum que não haja outra coisa a não ser hostilidade entre socialistas e “austríacos”. Queremos aqui quebrar esse tabu: Hayek apresentou um poderoso argumento contra a eliminação dos mercados, que serve também para chamar atenção para os aspectos tácitos e implícitos do conhecimento, em geral ignorados pelo racionalismo construtivista. Compreender isso é vital para pensar a renovação do projeto socialista. Mais ainda, Hayek nos força a ver que estamos obrigados a lidar com o fenômeno da imperfeição do conhecimento humano, com a conseqüente necessidade de um processo pelo qual o conhecimento é “constantemente comunicado e adquirido”. Em seus trabalhos posteriores, Hayek criticará especialmente o que chama de “the pretense of knowledge” (“a pretensão do conhecimento”) e afirmará que uma das principais tarefas da economia é mostrar aos homens “*how little they really know about what they imagine they can design*” (“o quão pouco eles realmente sabem daquilo que imaginam que podem planejar”). Portanto, além do argumento do “problema do cálculo” e do “problema da informação” Hayek adiciona às objeções ao socialismo o “problema do *design*”: as instituições que resolvem o problema econômico não podem simplesmente ser projetadas, da mesma forma como um engenheiro projeta um prédio. Elas formam um conjunto tão complexo, atuando de forma tão integrada, que estão além dos limites de qualquer inteligência consciente, e só podem ser desenvolvidas por um longo processo gradual de evolução espontânea. O problema do racionalista construtivista, que insiste na “direção consciente”, é que ele é incapaz de acreditar que algo que “evoluiu sem design”, e mesmo sem a nossa compreensão, seja capaz de solucionar problemas que não são solucionáveis conscientemente.

Ao longo do século XX a compreensão da natureza do projeto socialista não raro esteve dominada por profundos preconceitos modernistas. Um deles foi a ilusão de que se poderia começar do zero, fazendo tabula rasa das instituições, tradições e hábitos vigentes. A mentalidade predominante foi a de quem planeja uma cidade artificial, a ser levantada do chão a partir de um plano racional. O racionalismo construtivista lida com a herança histórica como uma espécie de resíduo, uma resistência a ser vencida no caminho de construção da sociedade nova. Assim, camponeses e populações indígenas eram encarados com desprezo, como povos

atrasados que haviam perdido o trem do progresso; tratava-se, pois, de “modernizá-los”, com toda a violência que o termo implica. A “modernização” vinha carregada de uma tendência homogeneizante. Para a racionalidade modernista, como já vimos em Descartes, o ordenado, centralizado e homogêneo é superior ao disperso e heterogêneo, e a solução universal pode ser encontrada *ex ante* e então subsequentemente aplicada às condições concretas. A confiança na marcha do progresso induziu aos socialistas do começo do século XX a ver nos métodos industriais, na estrutura organizativa burocrática das corporações e na produção em larga escala sob controle hierárquico a triunfante culminação do processo de racionalização no interior do desenvolvimento capitalista. O papel de um Estado socialista, portanto, seria dar prosseguimento a esse processo, potencializando-o e estendendo tais técnicas a todos os âmbitos e circunstâncias da vida social. Com a cristalização do modelo soviético na década de 30, consolidou-se um “formato socialista”, aplicável a qualquer país e a qualquer cultura. O socialismo já estava inventado, restava agora apenas implementá-lo. E se a solução correta, a mais racional possível, já está disponível, não há porque haver diversidade, ou arriscar-se em experimentações. O pressuposto é que um sistema é tão mais eficiente quanto mais controlável e planejado for. Como a diversidade e a experimentação dificultam o controle e a previsão, assume-se que são fontes de desperdícios e desordem. Assim como há um “formato” correto, há uma ciência que rege sua aplicação. As questões sociais e políticas são assim assuntos de especialistas, dos técnicos que dispõem do conhecimento privilegiado para a construção do socialismo. O comportamento das massas é errático, inculto, disperso, enquanto se faz necessário a vontade centralizada e qualificada de um engenheiro para comandar a construção de um prédio sólido.

Um projeto renovado de socialismo está obrigado também a lidar com o desafio de que os valores e as prioridades dos indivíduos em sociedades pluralistas provavelmente divergem a tal ponto que se torna impraticável a elaboração de um plano abrangente. As sociedades ocidentais contemporâneas são distintamente caracterizadas por um pluralismo de formas de vida, no interior do qual convivem as mais diferentes concepções de vida boa. Tais concepções formam a base para a conformação dos planos individuais, que são então perseguidos privadamente. Não é plausível que essa multiplicidade de planos (cada um elaborado sob prioridades e valores distintos) possa ser agregada e formalizada em um único plano global consistente. O liberalismo clássico argumenta que indivíduos possuem objetivos, mas não é igualmente claro que “sociedades” – a não ser em casos extremos, como a guerra – possam tê-

los. A democracia bem pode ser vista como uma forma de criar um espaço público para a discussão de valores e objetivos comuns, a fim de chegar a um acordo, embora frágil e provisório, sobre o bem social. Ainda assim, parece ser justo, e até sábio, deixar ao cuidado dos indivíduos não só o direito, mas também a responsabilidade, pela “busca da felicidade”, que cada um pode entender à sua maneira. Um único plano para todos deixará, mais provavelmente, a todos insatisfeitos.

A lição do século XX

Embora a ordem capitalista esteja perpassada por conflitos e tendências sistemicamente disruptivas, ou ao menos humanamente desagradáveis, claro está que o problema de substituí-la por algo melhor não é de modo algum trivial. De nada adianta apontar as falhas de um sistema se as alternativas possíveis e viáveis são ainda piores. Sem o pano de fundo de uma alternativa “humanamente gratificante”, para usar as palavras de Meszaros, o máximo que poderíamos fazer seria parafrasear Churchill: “o capitalismo é o pior dos sistemas socioeconômicos, exceto todos os outros que já foram experimentados”.

A retomada do projeto revolucionário deve passar, portanto, pelo confronto crítico com as tentativas – fracassadas – de construir o socialismo no século XX. A história deve também servir para nos ensinar algumas lições, e provavelmente a principal lição a ser aprendida é que *ninguém sabe como construir o socialismo*. E não sabemos apesar de um século inteiro de tentativas, que cobrou demasiado sofrimento humano. Marx já afirmava que não possuía receitas, e ficava contente em delegar a função de traçar as linhas gerais de um arranjo social alternativo aos próprios revolucionários, seguro de que a solução se apresentaria quando o problema fosse posto. Em todo o caso, Marx parece convencido de que a tarefa em si é mais ou menos fácil (difícil seria ganhar a luta política, vencer a guerra civil, ou agressão externa, que provavelmente se seguiria à revolução, etc.); uma vez que os expropriadores tenham sido expropriados, e os trabalhadores enfim possam se apropriar de modo consciente e coletivo dos frutos acumulados de seu trabalho, esses poderão gozar de uma visão transparente do

metabolismo social, e a institucionalização da coordenação livre dos produtores emerge espontaneamente.

A abordagem ortodoxa de seus seguidores é diferente, e um tanto mais estranha. O “marxismo”, visto agora como um corpo doutrinário, é exatamente o tipo de saber científico capaz não apenas de fornecer uma análise infalível das tendências do capitalismo como de disponibilizar o ferramental necessário para construir o socialismo uma vez que o poder político tenha sido conquistado. Aos portadores desse conhecimento científico, os “marxistas”, caberia o papel de conduzir a massa em seu caminho para a emancipação, utilizando a teoria do socialismo científico para reorganizar a sociedade em bases racionais, substituindo a propriedade privada pela propriedade estatal e a anarquia do mercado pelo planejamento central da economia.

A fé seja na reorganização espontânea dos arranjos institucionais e, mais ainda, na capacidade de uma vanguarda para remodelar de acordo com uma “teoria científica” o corpo social foram seriamente abalados pelo retumbante fracasso dos experimentos anticapitalistas no século passado. O que parecia ser fácil se revelou muito difícil. Para alguns, a lição que ficou é que o problema parece tão difícil porque simplesmente é impossível: não há como ir além do capitalismo. Estaríamos assim de volta ao mantra do “fim da história”, mas a conclusão não se segue: que um modelo particular de socialismo tenha se revelado profundamente falho, incapaz de cumprir com as próprias promessas, não significa que qualquer alternativa emancipatória esteja igualmente fadada ao fracasso, ou que só nos resta aceitar o modo como as coisas funcionam e dedicarmos toda nossas energias a soluções realistas para problemas localizados. O problema de tais soluções não é que sejam realistas, mas que a medida que já desde o princípio se comprometem com um conservadorismo geral podem se mostrar tragicamente irrelevantes frente à magnitude dos problemas que pretendem dar conta. Ao que tudo indica, a grande ingenuidade de nosso tempo é pensar que o “*business as usual*” pode prosseguir indefinidamente¹⁷.

¹⁷ Se a ingenuidade da esquerda socialista era a sua certeza de que sabia como mudar tudo, e que a história estava a seu favor, a ingenuidade da esquerda pós-socialista é achar que pode mudar alguma coisa deixando tudo no lugar. Ao fazer isso, joga o bebê junto com a água suja. Ao invés de condenar o doutrinário e dogmatismo do projeto socialista deveríamos criticar o doutrinário e o dogmatismo no projeto socialista.

A verdadeira lição do século XX é que os socialistas devem adotar uma postura mais humilde, o que passa por reconhecer nossa ignorância e ao mesmo tempo a dificuldade do desafio. Antes de mais nada, precisamos saber que não sabemos. O que acumulamos de experiência parece sugerir a esquerda que seja mais desconfiada, cética e humilde: não há soluções sem problemas.

Como o filósofo G. A. Cohen expressa em seu último livro “Why not Socialism” (2009): “sabemos que não sabemos construir o socialismo”. Isso não quer dizer, no entanto, que saibamos que nunca poderemos saber. A ignorância atual não implica em impossibilidade definitiva: não sabemos como construir o socialismo, mas pode ser que venhamos a descobrir. Nesse caso, porém, não se trata de aplicar um conhecimento prévio, mas de desenvolver um conhecimento prático.

Cohen deposita suas esperanças no aparecimento de mais um teórico genial – um novo Marx, que nos esclareça a questão do socialismo como o primeiro nos esclareceu a questão do capitalismo. Para Cohen, o que nos falta é a “tecnologia social” necessária para explorar a solidariedade e instinto de cooperação de nossa espécie de forma tão eficiente como os mercados e o nexos do dinheiro foram capazes de explorar os aspectos egoístas e competitivos da natureza humana. Essa esperança nos parece equivocada; tal tecnologia social não pode sair da mente de ninguém, por mais brilhante que venha a ser. Ao contrário, só pode ser criada de modo improvisado e precário quando as pessoas dispõem de condições de somar esforços para dar conta de questões nas quais estão imediatamente interessadas. Semelhante intuição por si só sugere uma “via experimentalista ao socialismo”.

Se então quisermos nos arriscar mais uma vez no impulso utópico de construção do socialismo, em um projeto renovado para as condições do século XXI, precisamos saber que será um processo necessariamente incerto e sem garantias. Na ausência de uma teoria completa orientadora, acaba a justificativa da vanguarda, isso é, para a posição de destaque de supostos detentores da ciência do socialismo. Resta, pois, uma única opção: fornecer os meios e as oportunidades para que as próprias comunidades criem novas formas de produzir e de conviver. Na prática, significa garantir recursos técnicos e materiais, e liberdade política, para que os cidadãos possam optar por outras formas de organização social, abrindo assim espaço para o exercício da criatividade social coletiva.

A diferença fundamental está no seguinte: a tradição socialista identificou, corretamente, uma série de problemas, conflitos e impasses nas dinâmicas do capitalismo, e pretendeu substituí-lo por uma alternativa racional. A convicção fundante era a de que se ao menos fossemos capaz de passar do caos capitalista a ordem socialista todos esses problemas seriam solucionados *ex ante*. Nesse sentido, a tradição socialista é uma infeliz herdeira das ilusões que a modernidade depositou na razão abstrata, e na capacidade da mente humana de construir conscientemente as estruturas sociais nas quais estamos imersos. Ao fazer isso, subestimou o potencial do experimentalismo, do método de tentativa e erro, do uso disperso e descentralizado do conhecimento de circunstâncias particulares, em favor da elegância superficial das soluções homogêneas e de larga escala. Imaginou que já sabia construir o socialismo, e só lhe faltava a oportunidade política. Mas, é preciso repetir, ninguém sabe como construir o socialismo – ninguém tem como saber. Porque o socialismo não é um sistema positivo, que está dado; é algo muito mais difuso: uma tendência, um movimento, uma esperança, um esforço aberto em desenvolver a partir das lutas concretas formas de vida novas, humanamente enriquecedoras. Que não se saiba previamente como construir o socialismo não significa que estamos frente a uma tarefa impossível, apenas que estamos obrigados a usar uma estratégia diferente. Já que ninguém é genial o suficiente para ser capaz de organizar a sociedade de fora, o melhor programa político disponível é o de fornecer às coletividades a opção real de produzir de outra forma e inventar novas maneiras de viver.

Socialismo difícil: Fazendo o caminho ao caminhar

O racionalismo construtivista se revelou inviável. Se não há caminho garantido, há que se desenvolver um, ou nas palavras do poeta espanhol: *hacer el camino al caminar*. O problema é que vista assim a empreitada socialista torna-se uma aventura, sem atestado prévio de sucesso. A metáfora arquitetônica da construção de um prédio (segundo um plano e um projeto definidos previamente) fica melhor substituída pela imagem de uma exploração em terreno desconhecido;

um processo, por sua própria natureza, difícil, necessariamente incremental, repleto de desvios, recuos e fracassos¹⁸.

Ao abandonar a perspectiva do construtivismo racionalista precisa se ter sempre em mente que não há criação perfeita, ou, entre palavras, que o sucesso se constrói com muitos fracassos. Se revolução é aventura, novas exigências entram em cena: espírito experimentalista, ímpeto inovador e valorização da diversidade.

Um dos vícios mais flagrantes do movimento comunista tradicional foi sua preocupação obsessiva com a pureza doutrinária. Misturar sistemas de ideias era tido como sinal de fraqueza intelectual, e “ecletismo” um grave insulto reservado aos proscritos. Contudo, segundo a perspectiva que apresentamos, faz sentido reivindicar o “ecletismo ideológico”, uma vez que o próprio sucesso da aventura depende da pluralidade de abordagens. Se abandonamos o modelo do construtor único, que impõe à realidade um ideal abstrato racional, pelo modelo da multidão de atores sociais realizando suas “revoluções em pequeno” paralelamente, nada pior do uma dieta unilateral de doutrinas, pois a diversidade é o alimento dos experimentos.

Outra implicação, talvez um pouco contraintuitiva, é que falar em “reformismo” não é mais incompatível com um impulso genuinamente revolucionário. A dicotomia perde seu significado. Reconciliar-se com o reformismo é aceitar que simplesmente não é razoável desmontar o capitalismo de uma vez, sem dispor imediatamente de nada melhor para pôr em seu lugar. Não é como se dispuséssemos de dois sistemas prontos e acabados, podendo substituir a qualquer momento um pelo outro. Como a alternativa está *em construção*, não há outra opção que não gestá-la no interior do que é o caso, isso é, cercada de capitalismo por todos os lados. As novas instituições socialistas emergem nos interstícios, nas brechas abertas pela criatividade popular. Pode se falar, portanto, de uma guerrilha biopolítica da multidão, lutando incessantemente para romper a continuidade do tecido capitalista, abrindo clareiras de socialização emancipatórias e conquistando “áreas (sociais) liberadas”.

¹⁸ Em uma estrada já aberta o destino final se apresenta visível. Uma vez já temos uma clara e nítida ideia de para onde queremos ir, e o caminho já se apresenta como feito à nossa frente, a velocidade em que avançamos é uma questão de escolher o ritmo – não há muito o que fazer a não ser acelerar. Mas um processo revolucionário não é avançar em uma estrada feita, e sim avançar sobre território inexplorado, sobre um caminho *a ser feito*, o que demanda mais cuidado. Exige-se assim um versão do princípio da precaução para a prática revolucionária.

Propomos então a fórmula do “reformismo revolucionário”, que reivindica e reconcilia as duas grandes tradições da esquerda. Revolucionário na defesa da “crítica implacável a tudo o que existe”, na mobilização do entusiasmo popular, no reconhecimento de que muitos dos problemas e conflitos vigentes têm raízes sistêmicas e exigem soluções radicais. Sobretudo, revolução é aqui compreendido como o processo de autotransformação da multidão, no sentido de que a verdadeira atividade política cria não apenas um estado de coisas distinto, mas também nova subjetividade. Esse é o conceito de práxis revolucionária presente nas Teses sobre Feuerbach: “A coincidência da alteração das circunstâncias e a mudança de si próprio só pode ser captada e entendida racionalmente como *praxis revolucionária*”.

Por revolução, portanto, não se entende substituir um tipo de estrutura social por outra – empresa privada por Estado, mercado por planejamento. Chamamos de revolução o processo ativo, criativo e conturbado de auto-criação da multidão. No que consiste, em termos mais concretos? Em primeiro lugar, na paulatina desconstrução das velhas instituições, isso é, no trabalho de desfazer o que está instituído. Nesse sentido cabe o chamado de Marx ao projeto de uma “crítica impiedosa a tudo o que existe”, entendido como crítica prática, que põe em questão e reinventa conscientemente as estruturas que organizam a cooperação social. Em segundo lugar, o gradual estabelecimento de novos hábitos – a revolução deve se impregnar na cultura, torna-se encarnada nas práticas sociais com a sedimentação de hábitos democráticos. Como afirmam Negri e Hardt em *CommonWealth*, o desafio central é associar ao fogo desestabilizador (estratégia desestruturante) o projeto de construir um novo tipo de poder: “Revolution is thus aimed at the generation of new forms of social life” (p. 354) e “revolt becomes powerful and long-lasting only when it invents and institutionalizes a new set of collective habits and practices, that is, a new form of life” (p. 356)¹⁹.

E por que então falar de reformismo? Para ressaltar que também a política socialista necessita de um “princípio de precaução”, que não se trata de começar de uma folha em branco, mas de seguir construindo sobre o que já existe, o que significa um grau necessário de continuidade da vida social. O ponto central, contudo, é que não há como ter certeza previamente do que dará certo; trata-se de fazer as coisas com calma para aprender com os erros, de fazer uma

¹⁹ “Revolução, portanto, visa a geração de novas formas de vida social”; “A revolta torna-se poderosa e duradoura só quando se inventa e institucionaliza um novo conjunto de hábitos e práticas coletivas, isto é, uma nova forma de vida”.

coisa por vez para conseguir localizar os erros e de fazer com cautela para possibilitar a reversão dos erros.

Revolutionary Policy

Os críticos liberais sempre fizeram chacota da missão impossível atribuída ao Estado pela doutrina oficial comunista: fazer tudo (planejar minuciosamente toda a atividade econômica) e, ao mesmo tempo, tratar de desaparecer. É claro que em nenhuma das experiências do socialismo real o Estado deu o menor sinal de que estava em vias de se extinguir, apesar das previsões da teoria marxista tradicional. A confiança em que a expropriação dos expropriadores, a abolição da propriedade privada e o subsequente fim da luta de classes levariam eventualmente, e espontaneamente, à dissolução das estruturas coercivas estatais, substituindo o governo das pessoas pela administração das coisas, levou os comunistas a se concentrarem mais nas estratégias de tomada de poder e derrubada do regime burguês do que em como lidar com os mecanismos de Estado para fortalecer e potencializar a dinâmica imanente do comunismo como movimento. O foco nos problemas da luta pelo poder resultou em uma ênfase unilateral no aspecto da “ditadura do proletariado” em detrimento das questões relacionadas à “governança comunista”, isso é, muita política revolucionária (*revolutionary politics*) para pouca “política pública” revolucionária (*revolutionary policy*).

Se, contudo, rejeitamos o modelo da engenharia social, a partir das críticas ao racionalismo construtivista, em favor do modelo da radicalidade pragmática, e aceitamos a fórmula do “reformismo revolucionário”, a coisa toda muda de figura, e o foco desloca-se de *como tomar o poder para o que fazer com o governo*. Pois embora não seja mais a partir do Estado que se pretenda “construir o comunismo”, daí não se deduz que o melhor a fazer afastar-se política. Até porque a empreitada reformista se dá em um contexto de permanente luta de classes, e é mais fácil mudar o mundo tomando o poder.

O que se altera fundamentalmente é a compreensão do que são as tarefas de um governo “revolucionário”, ou o que se pode esperar de uma coalizão política que chega ao governo sob um programa socialista reformador. Por tudo que já vimos, o papel de um tal governo não pode

ser substituir o capitalismo por outra ordem positiva, mas sim de abrir o horizonte da criatividade social. Um dos papéis centrais seria de atuar como estimulador da experimentação social:

1. Apoiar, incentivar, cultivar, financiar as novas experiências²⁰.
2. Potencializar o desenvolvimento institucional dos poderes de cooperação social
3. Conduzir experimentos controlados e testes-pilotos. Sistematizar a experiência e facilitar a coordenação entre as unidades que desenvolvem formas novas e alternativas de gestão social.

Outras medidas poderiam estar direcionadas ao aumento da liberdade positiva do indivíduo, ampliando o controle de cada um sobre sua própria vida e reforçando as possibilidades de auto-desenvolvimento. Essa é a principal intenção por trás do “*capabilities approach*”, de Sen e Nussbaum, de acordo com a qual o objetivo primário de um bom governo é garantir a todas as pessoas e os meios e os recursos para desenvolver suas capacidades e desfrutar de uma vida humana completa²¹. Sobre essas bases, defendem o acesso universal a serviços básicos, tais como saúde, educação, moradia, cultura, etc., argumentando que o direito a cidadania não deve depender dos resultados de mercado. A mesma intuição permeia as propostas como a renda de cidadania, o que van Parijs (1995) denomina de “via capitalista para o comunismo”. Uma renda mínima universal separa, em certa medida, trabalho e subsistência, impedindo que qualquer um seja obrigado a vender sua força de trabalho para viver, o que aumenta para cada indivíduo a possibilidade de dispor livremente de suas atividades. Na mesma linha vão as propostas de “herança social”, cuja finalidade é democratizar o empreendedorismo. O que todas essas políticas têm em comum é o esforço de deixar o indivíduo menos vulneráveis a circunstâncias fora do seu controle, permitindo que todos desfrutem da riqueza social acumulada independente de sua posição contingente na distribuição de riqueza. Nenhuma delas impõe um igualitarismo estrito, mas impedem que a desigualdade econômica tenha consequências mais profundas nas possibilidades de vida dos cidadãos, através do reconhecimento de responsabilidades sociais: isso é, responsabilidades que a sociedade como um todo tem com cada indivíduo em particular,

²⁰ Por “experiências” estamos nos referindo a coisas como: cooperativas, bancos populares, empresas comunitários, rádios e canais de TV comunitários, conselhos comunais, assentamentos, associações, feiras de trocas, etc. Não nos referimos a essas experiências apenas como “econômicas” porque embora a finalidade de muitas é produzir alguma coisa, não necessariamente a produção é direcionada ao mercado (embora possa ser). Essas organizações podem ter também finalidades culturais, educacionais, desportivas, etc., o que é realmente importante é que formem um mosaico de diversidade institucional, que não esteja regido pela lógica da firma capitalista.

²¹ Para uma apropriação socialista da abordagem das capacidades ver Burczak (2006).

como portador do direito a uma vida rica em possibilidades de auto-desenvolvimento, independente da remuneração de mercado. Elas não abolem os mecanismos de mercado, mas asseguram uma certa independência da parte dos indivíduos em relação a esses mecanismos.

Por último, consideremos brevemente as reformas de caráter diretamente econômico. Keynes já havia concluído que a única forma de evitar a irracionalidade do ciclo dos negócios, e evitar tanto o desemprego involuntário quanto o aumento da desigualdade, é por meio de uma “socialização ampla do investimento”²². Rawls, por sua vez, está preocupado com a situação em que “uma pequena classe tenha praticamente o monopólio dos meios de produção” (p. 197), e defende que o governo não se limite (como no capitalismo de bem-estar social) a redistribuir a renda ao fim de cada período, mas que garanta “a difusão da propriedade de recursos produtivos” no início de cada período. Seu modelo de “democracia proprietária” está comprometido com instituições que coloquem “nas mãos de todos os cidadãos, e não só de uns poucos, meios produtivos suficientes para que eles possam ser membros plenamente cooperativos da sociedade em pé de igualdade” (p. 199). Em uma sociedade industrial, onde domina a produção em larga escala, não é claro como é possível a distribuição equitativa de riqueza produtiva em termos individuais. Uma forma, contudo, de diminuir a concentração de riqueza produtiva é com a ampliação do setor social da economia, seja por meio de empresas públicas ou cooperativas e comunitárias (entre outras tantas formas possíveis de propriedade).

Em suma, os três pilares da atuação de um governo socialista reformador são: 1. O estímulo à diversidade institucional e experimentação com formas não capitalistas de propriedade e gestão; 2. A ampliação da independência do indivíduo em relação às estruturas econômicas e a garantia de que qualquer um, pelo mero fato de fazer parte da sociedade, poderá usufruir da riqueza social acumulada, na forma de recursos que permitam o auto-cultivo e o maior controle sobre a própria vida 3. A retirada gradual do controle da classe proprietária sobre o investimento, com uma redistribuição da riqueza produtiva e a democratização crescente das decisões econômicas.

²² Keynes (1985): “Os principais defeitos da sociedade econômica em que vivemos são a sua incapacidade para proporcionar o pleno emprego e sua arbitrária e desigual distribuição da riqueza e das rendas” (p. 253). “Eu entendo, portanto, que uma socialização algo ampla dos investimentos será o único meio de assegurar uma situação aproximada de pleno emprego” (p. 256).

Há uma percepção muito comum, e de certo modo justificada pela prática dos regimes que se chamaram de comunistas, que o cerne das preocupações de um Estado socialista está em controlar, formatar e homogeneizar. O comunismo se alcançaria abolindo a propriedade privada, proibindo a exploração, impondo o planejamento centralizado. Tratamos de enfatizar que a tarefa de um governo socialista reformador é expandir as possibilidades, e não limitá-las. Trata-se de garantir aos cidadãos possibilidades crescentes de optar por não se submeter ao trabalho alienado, independência relativa do mercado para realização de uma vida humanamente gratificante, e, sobretudo, liberdade para criar novas formas de se organizar e produzir.

Conclusão

Mesmo aqueles mais simpáticos à tradição socialista estão acostumados a pensar em termos da *substituição* do capitalismo do que de sua *superação*. Como até agora os candidatos apresentados para substituí-lo fracassaram, é fácil se convencer então de que se trata afinal de uma realidade insuperável: simplesmente não há alternativas. Trata-se, entretanto, de uma maneira pobre de ver as coisas, que pouco tem a ver com a própria gênese histórica do modo de produção capitalista. O capitalismo começa também como um fenômeno marginal, preenchendo lacunas, proliferando nas bordas do antigo regime. Da mesma forma, a alternativa pós-capitalista não está dada de antemão – não temos como definir previamente sua forma precisa. Se não está dada, não significa, contudo, que não é possível, mas que é necessário ainda desenvolvê-la, e que a única forma de fazê-lo é na prática. Como esse desenvolvimento deve se dar a partir das bases e ao ritmo da democracia, carrega consigo um elemento inescapável de gradualismo; além de levar tempo, ocorre sobre o pano de fundo da continuidade da vida social, mais por remendos do que por criação *ex nihilo*. Trata-se de um paciente processo de maturação, que envolve elaboração de experimentos, transformação de subjetividade, reelaboração crítica das instituições que regem a vida social, alteração nos hábitos e costumes sedimentados, avaliação dos esquemas viáveis e promissores.

É partir dos experimentos, juntamente com os erros e fracassos que necessariamente os acompanham, que toma corpo um aprendizado popular acumulado. Assim, a alternativa radical emerge de forma pragmática, isso é, orientada pela prática. Com isso, abandonamos o modelo do

engenheiro, ou do Deus criador, que impõe de fora uma forma abstrata a uma matéria inerte. Essa compreensão não é distante do modo como o próprio Marx entendia comunismo, mais como um movimento do que como um ideal: “O comunismo não é para nós um *estado de coisas* que deva ser estabelecido, um *ideal* pelo qual a realidade [terá] de se regular. Chamamos comunismo ao movimento *real* que supera o atual estado de coisas”²³.

No século XX, tragicamente, a ideia de comunismo tornou-se fortemente associada a cartilhas e programas fixos, em um lamentável fetiche pela ordem e uniformidade, ideologicamente alimentados por uma noção forte de progresso e uma concepção empobrecida de racionalidade. Já está na hora, contudo, de reivindicar um comunismo onde caibam muitos comunismos.

“Idéia comunista”, da qual tanto fala Badiou, é de fato eterna, como horizonte emancipatório geral implícito nas esperanças que animam os revolucionários de todas as épocas. Mas essa ideia, enquanto tal, *não possui conteúdo*. É, por assim dizer, apenas uma ideia “regulativa”, que orienta a resistência contra as opressões vigentes. E é somente por não ter conteúdo que pode ser eterna. Já a sua realização concreta depende das contingências específicas, que naturalmente variam no tempo e no espaço. Há, nesse sentido, muitos *comunismos* possíveis – uma diversidade de tipos institucionais que variam geograficamente, condicionados pela cultura, tradições, imaginário e demais circunstâncias localizadas. Até em uma mesma nação, o comunismo deve ser radicalmente e abertamente múltiplo, sempre inacabado, para incorporar a diversidade de fazeres, a incomensurabilidade de vontades, e a inesgotável liberdade de experimentar. Para os comunistas consequentes, a fidelidade à “ideia comunista” deve ser radical, mas a sua implementação deve ser pragmática, isso é, orientada pela prática e não pela doutrina: de acordo com o que funciona, com o que dá certo, com o que os sujeitos desejam.

²³ “Communism is for us not a *state of affairs* which is to be established, an *ideal* to which reality [will] have to adjust itself. We call communism the *real* movement which abolishes the present state of things.” <http://www.marxists.org/archive/marx/works/1845/german-ideology/ch01a.htm>. Outra expressão semelhante de anti-idealismo, na direção contrário ao que temos chamado de “racionalismo construtivista”, encontra-se em uma carta a Ruge, de 1843: “On the other hand, it is precisely the advantage of the new trend that we do not dogmatically anticipate the world, but only want to find the new world through criticism of the old one.” http://www.marxists.org/archive/marx/works/1843/letters/43_09.htm

Referências Bibliográficas

- BADIOU, Alain. **The Communist Hypothesis**. Verso, 2010.
- BARAN, Paul. **The Political Economy of Growth**. Monthly Review Press, 1957.
- BURCZAK, Theodore. **Socialism after Hayek**. The University of Michigan Press, 2006.
- COHEN, GA. **Why not socialism?** Princeton University Press, 2009.
- EAGLETON, Terry. **Why Marx was right**. Yale University Press, 2011.
- HAHNEL, Robin. **Economic Justice and Democracy: From Competition to Cooperation**. Routledge, 2005.
- HARDT, Michael & NEGRI, Antonio. **Commonwealth**. The Belknap Press of Harvard University, 2009.
- HARVEY, David. **The Enigma of Capital and the crises of capitalism**. Oxford University Press, 2010
- HAYEK, F. A. **The use of knowledge in society**. The American Economic Review, v. 35, n. 4, p. 519-530, 1945.
- KEYNES, Maynard. **A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. Nova Cultural, 1985.
- KRUGMAN, Paul. **The Conscience of a Liberal: Reclaiming America from the Right**. Penguin Books, 2007.
- KUTTNER, Robert. **Tudo à venda: a virtudes e os limites do Mercado**. Companhia das Letras, 1996.
- LEBOWITZ, Michael. **Build it now: Socialism for the Twenty-first Century**. Monthly Review Press, 2006.
- LEBOWITZ, Michael. **The Socialist Alternative: Real Human Development**. Monthly Review Press, 2010.
- LEWONTIN, Richard & LEVINS, Richard. **Biology under the influence: Dialectical essays on ecology, agriculture and health**. Monthly Review Progress, 2007.
- MISES, Ludwig von. **Economic calculation in the socialist commonwealth**. In *Collectivist Economic Planning* (Ed. Hayek, F. A.), Routledge & Kegan, 1935.
- RAWLS, John. **Justiça como equidade: uma reformulação**. Martins Fontes, 2003.
- RIDLEY, Matt. **Genoma: A autobiografia de uma espécie em 23 capítulos**. Editora Record, 2001.
- SCHWEICKART, David. **Should Rawls be a socialist?** A comparison of his ideal capitalism with worker-controlled socialism. *Social Theory and Practice*, v. 5, n. 1, 1978.
- SCHWEICKART, David. **After Capitalism**. Rowan & Littlefield Publishers, 2002.
- VAN PARIJS, Philippe. **Real Freedom for All: What (If Anything) Can Justify Capitalism?** Oxford University Press, 1995.
- WILLIAMSON, Thad. **Who Owns What? An Egalitarian Interpretation of John Rawls's Idea of a Property-Owning Democracy**. *JOURNAL of SOCIAL PHILOSOPHY*, v. 40 n. 3, p. 434–453, 2009
- WILKINSON, Richard. **The Impact of Inequality: How to Make Sick Societies Healthier**. New Press, 2006.
- WILKINSON, Richard. **The Spirit Level: Why Greater Equality Makes Societies Stronger**. Bloomsbury Press, 2011.
- WRIGHT, Erik O. **Envisioning Real Utopias**. Verso, 2010.
- ZIZEK, Slavoj. **First as tragedy, then as farce**. Verso, 2009.